

UM BALANÇO DO PROGRESSISMO URUGUAIO E A SUA DERROTA ELEITORAL EM 2019

Fabio Luis Barbosa dos Santos*

Introdução

Quando o Frente Amplio (FA) venceu as eleições no Uruguai em 2004, o Mercosul se tingiu de progressismo. Assim como o PT brasileiro, o FA é uma organização consolidada, que disputara diversas eleições presidenciais e comandava a capital uruguaia há quinze anos antes de chegar à presidência. Com Tabaré Vázquez, a economia voltou a crescer e os trabalhadores organizados, se fortaleceram. Seu sucessor “Pepe” Mujica, protagonizou o momento mais *pop* do progressismo, quando o velho *tupamaro* que vive em sua modesta chácara e anda de fusca, legalizou o aborto, o matrimônio gay e a maconha. O pequeno Uruguai atraiu simpatia e investimentos. Para além do folclore, a economia política frenteamplista articulou uma densa legislação laboral, estimulando a formalização do trabalho e o protagonismo sindical, com a atração de capital estrangeiro, que controla as principais exportações do país. Em um país onde o prestígio do Estado e dos serviços públicos tem raízes históricas profundas, e em que o neoliberalismo falhou em privatizar as estatais, os governos do FA reeditaram a utopia de uma cidadania salarial, remetendo aos prósperos tempos do battlismo na primeira metade do século XX, quando comparar o país à Suíça parecia plausível. Em 2019, embora o Uruguai mostrasse índices melhores do que quinze anos antes sob qualquer parâmetro, o FA perdeu a presidência. Este texto aborda a trajetória do progressismo uruguaio, analisando os avanços e contradições da economia política frenteamplista, para compreender as razões da sua derrota eleitoral. Constatam-se fraturas sociais que desafiam as cifras e a legitimidade de uma esquerda que se pauta pela estabilidade e não pela mudança, em um contexto em que a relação tendencialmente simbiótica entre sindicato, partido e Estado, que tem como horizonte uma cidadania salarial, está em xeque no Uruguai e no mundo.

Do neoliberalismo ao *Frente Amplio*

A abertura democrática que se seguiu à ditadura (1973-1985) pretendeu restabelecer o bipartidismo prevalente desde o século XIX, reduzindo a disputa política à oposição entre *blancos* e *colorados*. Embora fosse impossível restituir a centralidade que

* Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo/USP e professor da Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP. E-mail: faboroso@gmail.com

os chamados “partidos tradicionais” um dia tiveram na vida uruguaia, este objetivo foi parcialmente exitoso, na medida em que estes partidos comandaram o país até a vitória do Frente Amplio (FA) em 2005. A restauração política se traduziu em continuidade econômica. A agenda liberal iniciada em 1959 e aprofundada pela ditadura, foi retomada pelos governos pós-ditadura, que logo adotaram o receituário neoliberal. Índícios dos novos tempos, em 1985 foi aberta a primeira universidade privada do país, a Universidade Católica – que, diga-se de passagem, provê o primeiro escalão do governo atual. Até então, o ensino superior era monopolizado por Udelar, a primeira universidade pública da América Latina, fundada em 1838. Também em 1985, foi aberto na capital uruguaia o *Montevideo Shopping*, primeiro centro comercial do gênero no rio da Prata.

No entanto, o marco da inflexão neoliberal foi o governo de Lacalle Pou (1990-1994), que implementou a versão uruguaia de um programa de estabilização a partir de uma âncora cambial. Como nos países vizinhos, o programa foi exitoso em conter a inflação, mas agravou os déficits em conta corrente, cobertos em um primeiro momento pelo fluxo de capital estrangeiro. A posição do país como praça financeira internacional parecia se firmar, sobretudo para depósitos argentinos, mas também para brasileiros: recorde-se que, no processo de *impeachment* de Collor em 1992, veio à tona a “Operação Uruguai”, revelando empréstimos fraudulentos que financiaram a campanha eleitoral do ex-presidente em 1989.

A lógica de que era preciso atrair investimento externo levou à proposta de zonas francas, regulamentada em 1987. A primeira do país se instalou em Montevideú em 1990, com um perfil de serviços e logística. E foi este setor que puxou a economia em uma década em que o país voltou a crescer, dinamizado pela expansão do turismo, além do setor financeiro. Por outro lado, a desindustrialização acelerou-se: entre 1989 e 1999, a participação das manufaturas na riqueza produzida caiu de 26,8% para 16,7% e cerca de 100 mil postos de trabalho foram fechados, enquanto o setor agropecuário tampouco cresceu (Falero, 2011, p. 147). Porém, uma legislação florestal convidativa à indústria de celulose (1987) e a liberação da soja transgênica em 1996, assentaram os fundamentos do crescimento futuro do setor. No conjunto, serviços financeiros, administrativos e logísticos favorecidos pela construção de zonas francas; a indústria do turismo; a exportação de soja e celulose, somaram-se à tradicional exportação pecuária, constituindo as balizas da economia uruguaia no século XXI.

A articulação entre liberalização financeira e comercial com a atração de investimento estrangeiro, é vista como imperativa por muitos uruguaiois, inclusive no FA.

Por outro lado, as privatizações foram uma frente sensível do programa neoliberal, tendo em vista a legitimidade dos serviços públicos no país, valorizados desde o battlismo. Mesmo a ditadura, que liberalizou tudo, não tocou nas empresas públicas. A tentativa de Lacalle Pou de avançar esta agenda enfrentou resistência popular, que resultou na realização de um referendo breando as privatizações em 1992: “wilsonianos” do Partido Nacional e colorados battlistas somaram-se ao Frente Amplio nesta campanha vitoriosa. Em 2003, outra consulta derogou a lei que favorecia a privatização da *Administración Nacional de Combustibles, Alcohol y Portland* (ANCAP) e no ano seguinte, um plebiscito aprovou o monopólio da água pelo Estado, freando a privatização dos serviços de água e saneamento básico, com a qual o presidente Jorge Battle havia se comprometido em carta de intenções com o FMI. Pode-se dizer que as consultas públicas foram um instrumento singular da luta contra o neoliberalismo no Uruguai, que se estendeu a outras esferas, incluindo uma tentativa de revogar a “lei de caducidade” que protegia os terroristas de Estado, derrotada por estreita margem. Entre 1989 e 2004 realizaram-se 24 consultas públicas no país.

Apesar das privatizações como tal terem sido breçadas, processos de desregulação e transferência de atividades do Estado ao setor privado avançaram pelas beiradas. A administração do porto de Montevideu foi objeto de uma lei específica em 1992; a companhia aérea Pluna foi vendida; o Banco de Seguros do Estado perdeu o monopólio de seguros em 1994; a Companhia de Gas foi vendida a uma empresa francesa em 1994, enquanto *Administración de Ferrocarriles del Estado* (AFE) convidou o capital privado para operar serviços ferroviários; operadoras privadas ingressaram no setor de telefonia móvel; além disso, avançaram as terceirizações de serviços e servidores do Estado, processo que continuou nos governos do Frente Amplio. Entretanto, as principais empresas públicas seguiram intactas.

Vista no seu conjunto, a evolução do Uruguai após a ditadura segue um padrão comum na região, em que os constrangimentos à democratização limitaram a mudança, condicionando a política futura. A restauração espúria do bipartidismo implicou em continuísmo econômico, evoluindo em direção neoliberal. O desgaste político decorrente desta agenda corroeu a legitimidade de *blancos* e colorados, enquanto crescia o prestígio do FA, entre consultas populares e a prefeitura de Montevideu, que governa de 1989 até hoje. Em 1994, o partido perdeu a presidência por uma diferença inferior a 2% dos votos e em 1999, só não venceu porque uma mudança no rito eleitoral instituiu o segundo turno, justamente para prevenir este desfecho.

Porém, olhando retrospectivamente, esta foi uma ótima eleição para se perder: a desvalorização cambial no Brasil em 1999, seguida da *débâcle* argentina em 2001 incidiram no Uruguai. Em 1999, o país mergulhou em uma recessão que durou quatro anos, que a partir de 2002 ganhou os contornos de uma crise colossal (Finch: 2014, 303). Entre janeiro e julho, o risco país subiu de 220 a 3.000 pontos, enquanto a corrida aos bancos levou 40% dos depósitos. Ao longo do ano, o PIB desceu 11%, os salários reais caíram 25% e o desemprego atingiu 19% dos trabalhadores. O lugar do país no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD recuou de 29 na primeira medição em 1990, para 46. Em 2004, a pobreza alcançou 40% da população, nível similar ao da informalidade laboral, enquanto a indigência vitimava 100 mil uruguaios e outros 100 mil emigravam para o estrangeiro, todos números extraordinários na história do país (Carracedo; Senatore: 2016, 19).

A resposta do FA à crise foi cacifar-se como a esquerda da ordem. Os porta-vozes do partido defenderam a legitimidade do sistema político e condenaram toda expressão popular violenta, visando canalizar o descontentamento por vias institucionais, no que foram auxiliados pelo PIT-CNT (*Plenario Intersindical de Trabajadores – Convención Nacional de Trabajadores*), central sindical do país. O futuro presidente Tabaré Vázquez resumiu o espírito da coisa, pedindo que “não se faça lenha com a árvore caída”. Apesar do desastre, no Uruguai não houve “*que se vayan todos*”. E nas eleições presidenciais seguintes, o Frente Amplio levou no primeiro turno, enquanto o candidato da situação (colorado) teve dez por cento dos votos.

A vitória eleitoral do Frente Amplio (FA) em 2004 teve um impacto político extraordinário, rompendo com o domínio dos “partidos históricos”, colorado e blanco, que caracterizavam a autocracia uruguaia desde as origens do país. Desde então, o partido comandou o país por três mandatos consecutivos (2005-2020), em que teve maioria absoluta e não enfrentou uma oposição importante, em um contexto no qual os partidos tradicionais se revelaram débeis e desprestigiados.

De modo geral, cada um destes mandatos teve sua marca. A primeira administração de Tabaré Vázquez (2005-2010) se caracterizou por uma profícua atividade legislativa no mundo do trabalho, articulado a uma variedade de políticas sociais. Neste período, a economia uruguaia retomou o crescimento, puxada pela alta nos preços internacionais das commodities, como aconteceu em toda região. O governo seguinte de Pepe Mujica (2010-2015) destacou-se pela chamada “agenda de direitos”, promovendo o matrimônio igualitário, a legalização do aborto, a lei trans e a legalização

do plantio e consumo da cannabis – iniciativas às quais o médico Vázquez se opunha. O segundo mandato de Vázquez (2015-2020) defrontou-se com a desaceleração do crescimento econômico, o agravamento no déficit das contas públicas e o aumento do desemprego, respondidos com ajuste estrutural e busca de mais investimentos internacionais, cujo principal resultado será a terceira e maior fábrica de celulose do país. Do ponto de vista econômico, os fundamentos estabelecidos nos governos anteriores se aprofundaram e deram frutos, favorecidos pelo contexto internacional. Quando Mujica afirma que “Si el país fuera una ecuación, diría que la formula a intentar es agro + inteligência + turismo + logística regional. Y punto” (Mujica, 2010), o subtexto é que FA se propôs a fazer mais do mesmo, porém de forma inteligente. Nas páginas seguintes, examinaremos em que consistiu esta inteligência frenteamplista.

Estratégias de legitimação social

A estratégia de legitimação social dos governos do FA teve dois braços fundamentais: o fortalecimento do mundo do trabalho e da sua representação sindical, aliado a uma extensa rede de políticas assistenciais focalizadas.

Sobretudo no primeiro mandato, observou-se um intenso ativismo legislativo no campo laboral, que favoreceu a formalização do trabalho e os níveis de sindicalização, e teve consequências positivas do ponto de vista de salários e direitos. Vázquez prometeu recuperar os níveis salariais anteriores à crise de 2002, o que foi cumprido. Entre 2005 e 2014, o salário real cresceu 52%, em uma trajetória irregular. Após um significativo aumento no governo Vázquez, houve uma desaceleração sob Mujica, quando o crescimento médio anual foi de 3,6% (4,2% no setor privado e 2,2% no público) (Carracedo, Senatore, 2016, p. 24). Por outro lado, a *Encuesta Continua de Hogares* de 2014 indicava que 40% dos assalariados recebia menos de 15.000 pesos (cerca de US\$ 500 à época), enquanto o custo da cesta básica familiar neste ano era estimado em 53.000 pesos (Busqueda, 2014). No plano da criação de trabalho, estima-se que 300 mil postos foram criados no período *frenteamplista*, dos quais 1/5 se perderam durante o último mandato (2015-2020).

Ao longo dos governos do FA, promulgaram-se mais de 70 leis relacionadas ao trabalho, que incluem: a regulação do trabalho doméstico, a limitação em 8 horas da jornada de trabalho no setor rural, leis sobre terceirização (responsabilizando quem contrata a terceirizada pelas relações de trabalho praticadas), um conjunto de leis que protegem os direitos básicos dos terceirizados no setor público (principal terceirizador no

país), a lei de responsabilidade penal empresarial (que reduziu o índice de acidentes de trabalho); reformularam-se as licenças por maternidade e paternidade, assim como os subsídios para cuidados de recém nascidos; avanços jurídicos ante situações de assédio sexual no trabalho e violência doméstica; medidas contra a discriminação de gênero no trabalho (como proibir a exigência de exame de gravidez na admissão de mulheres), entre outras. A cobertura previdenciária aumentou, em função do maior grau de formalização do trabalho, que também foi estimulado pela criação do *Sistema Nacional Integrado de Salud* em 2007, ampliando a cobertura de saúde para a família do trabalhador que contribui para a seguridade social. Há relatos de que até guardadores de carro passaram a contribuir para o sistema, cuja cobertura alcançou mais de 4/5 dos trabalhadores.

Provavelmente, as iniciativas de maior impacto global resultaram de mudanças na legislação sindical, e do reestabelecimento do Conselho de Salários e das negociações coletivas. Uma legislação de proteção da liberdade sindical se revelou como um instrumento fundamental para estimular a organização sindical. A Lei do Foro Sindical permitiu criar sindicatos onde antes não havia, como em hipermercados. Como decorrência, a taxa de sindicalização elevou-se a 29% dos assalariados, e os afiliados do PIT-CNT passaram de 120 mil a 350 mil entre 2005 e 2014 (Carracedo; Senatore: 2016).

Reestabeleceram-se os Conselhos de Salários, um instrumento de negociação tripartite (empregador, trabalhadores e Estado) criado nos anos 1940 e desmantelado pela ditadura. Mais ainda, o seu alcance se estendeu aos trabalhadores domésticos e rurais. Como resultado, a cobertura da negociação coletiva elevou-se de 20% a praticamente 90% dos trabalhadores assalariados, coordenado pelo *Consejo Superior Tripartito* (governo, câmaras empresariais e PIT-CNT). Este fortalecimento dos sindicatos e do protagonismo do PIT-CNT implicou em ambiguidades, uma vez que o governo esperava, como contrapartida, que a organização militasse para conter, ordenar e moderar – em uma palavra, institucionalizar a luta sindical. Assim, a autonomia sindical esteve ameaçada por uma relação que tendia à simbiose com o governo, como se depreende desta passagem elogiosa à sua atuação:

Durante el primer gobierno del FA, el PIT-CNT logro mantener su potencial de control y mediación de la estructura sindical conteniendo acciones de free riding, ordenando las relaciones entre cúpula y nuevas bases sindicales (más heterogéneas y más jóvenes, sin acervo sindical, menos politizada y con objetivos cortoplacistas) y acotando las acciones de los sectores minoritarios radicales más ideologizados, prevaleciendo las posiciones tendientes a compromisos y actitudes responsivas ante lo que era la primera experiencia de la izquierda em el gobierno” (Carracedo, Senatore, 2013, p. 26-27).

Embora a atuação dos conselhos de salários fortaleça a posição dos trabalhadores, ela foi limitada na prática por pautas do Executivo constringendo as aspirações populares, e em particular, pela preocupação macroeconômica no que tange a relação entre salários e inflação. É preciso lembrar que as administrações frenteamplistas foram conservadoras neste campo. Tabaré Vázquez chegou a convidar o então presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias, para ministro da economia em seu primeiro mandato. O convite não foi aceito, mas Iglesias comprometeu-se a apoiar o governo em “101%” (LaRed21: 2004; Zibechi, 2003). Por outro lado, o artigo 21 da lei de negociação com o setor privado estabelece uma cláusula legal obrigatória de paz, que tem resultado em uma judicialização de conflitos, ilegalizando formas de luta como piquetes e ocupações, o que afeta a autonomia sindical (Parilla, 2019, p. 10).

As dificuldades se estendem ao setor público, uma vez que a lei de negociação coletiva se limita a promover a reunião entre as partes, mas o poder de decisão é hierárquico e unilateral. As relações com o governo foram particularmente difíceis no governo de Mujica, quem se indispôs com os servidores no mesmo dia em que assumiu, estigmatizando-os como um segmento privilegiado e que trabalha pouco (Mañan: 2019). Meses depois, promulgou o decreto 354/2010 proibindo a ocupação de escritórios públicos como forma de greve. Posteriormente, o decreto foi aplicado inclusive contra uma ocupação estudantil da sede do *Consejo Directivo Nacional* (CODICEN), órgão responsável pela educação pública no Uruguai. Também Mujica usou o recurso de decretar a “essencialidade” de serviços públicos como forma de ilegalizar uma greve, por exemplo, quando a *Federación de Funcionarios de Salud Pública* (FFSP) ocupou centros de saúde em um momento em que o governo negociava com o PIT-CNT. O ponto mais baixo da relação com os servidores se deu no enfrentamento com os professores em 2015, quando o governo Vázquez decretou como “essencial” o serviço de educação, criminalizando a greve. Sobre as organizações docentes, Mujica tinha dito que era preciso juntar-se e “hacer mierda a esos grêmios” (Brecha, 2015). A legislação antissocial avançou também no governo seguinte, com o chamado decreto “antipiquete” aprovado em março de 2017 e ainda, com a legislação antiterrorista promulgada por Vázquez em 2019 (Pérez, 2019).

Vista em conjunto, a profícua atividade legislativa dos governos frenteamplistas foi analisada por um advogado da Confederação de Organizações de Funcionários do Estado (COFE) nos seguintes termos: “Longe de uma linearidade progressista de conquistas jurídicas que se pretende vender, a normativa se aproxima mais a uma espécie

de miscelânea contendo avanços em matéria de proteção laboral, mas matizada por um contexto de domínio das necessidades do capital que termina imprimindo sua identidade profunda” (Parrilla, 2019, p. 8).

No entanto, os avanços contidos nesta “miscelânea normativa” são vistos com hostilidade pelo capital. Perguntada sobre as razões para a Petrobras deixar o Uruguai, Taís Amorim, chefe do setor comercial da embaixada brasileira no Uruguai, não titubeou: o elemento decisivo foi a força sindical uruguaia, que resulta em salários altos, negociados em um conselho tripartite com a participação de um governo em que, ainda por cima, o ministro é um ex-sindicalista. A diplomata relata que cada vez que a Petrobras demitia, havia greve, e, portanto, a empresa se deparou com inúmeras greves. A Petrobras levou seu caso para arbitragem internacional, enquanto o empresariado uruguaio denunciou aspectos da negociação coletiva de trabalho na Organização Internacional do Trabalho (OIT). Mas, segundo Amorim, naquele momento a Petrobras não teve alternativa, senão deixar o país: foi uma decisão econômica e financeira. A diplomata descreve sua função como assessorar empresários brasileiros, visando promover a exportação e os investimentos do país no Uruguai. Independente da exatidão do relato sobre a Petrobras, é patente a hostilidade de uma porta voz do capital diante da arquitetura trabalhista erigida pelo FA. Sua análise foi arrematada com a observação de que faz parte da agenda do novo governo (Lacalle Pou) tornar “menos conflituosa” as relações de trabalho (Amorim, 2019).

Ao mesmo tempo em que legislou sobre as relações de trabalho, o primeiro governo Vázquez promoveu um censo extensivo, que embasou uma multiplicidade de políticas e estratégias de gestão da pobreza, mobilizando centenas de ONGs no processo. Inicialmente, instaurou-se um programa de transferências condicionadas para atender a situação de crise (*Plan de la Atención de la Emergencia Social*), que logo evoluiu para uma política de transferência a famílias de amplo alcance (*Plan de Equidad*). No governo Mujica, estas políticas ganharam um viés eminentemente focalizado, ampliando-se a variedade e o alcance de algumas prestações (Midaglia, Tejera: 2016, p. 58; Pérez, Piñeiro, Rosenblatt, 2016, p. 6).

Em geral, estas políticas replicam discursos e práticas das agências globais, em torno do empreendedorismo, por exemplo (Falero, 2019). Além da *Asignación Familiar*, cobrindo 20% dos menores em lares pobres, apoia-se uma variedade de empreendimentos populares, entre cooperativas e programas – por exemplo, mulheres que varrem folhas caídas no outono. Outras políticas incluem cartões de alimentação pré-pagos para as

famílias mais pobres, melhoria da alimentação nas escolas, e pensões para idosos entre 65 e 70 anos, mitigando os efeitos da reforma previdenciária de 1995. Ao mesmo tempo, multiplicaram-se espaços institucionalizados de participação cidadã, como Juntas e Conselhos, assim como instâncias provisórias, na forma de “diálogos” ou “debates”. Por outro lado, declinou o recurso a mecanismos de consulta direta, realizando-se somente seis consultas ao longo de quinze anos – quatro vezes menos do que nos quinze anos anteriores. Para gerir esta engenharia social, foi criado um Ministério de Desenvolvimento Social (Midaglia, Tejera, 2016).

Entre 2004 e 2018, o gasto público social aumentou em 136% no Uruguai em termos reais. Em termos proporcionais, o peso do gasto público elevou-se de 22,5% para 26,4% do PIB entre 2004 e 2014. Ampliaram-se os gastos em saúde, mas também em segurança. Este aumento substantivo das receitas está relacionado ao crescimento da economia, mas a reforma tributária avançada em 2007 também contribuiu.

Segundo o próprio governo, a reforma teve dois pilares: equidade e promoção do investimento. Simultaneamente, a estrutura de arrecadação e gestão tributária do Estado foi fortalecida. Um imposto de renda de pessoas físicas (IRPF) foi criado em lugar do inócuo imposto às retribuições pessoais, com alíquotas progressivas entre 0 e 25% - uma alíquota mais baixa do que as rendas do capital, entre 3% e 12%. Estima-se que 88% da arrecadação do imposto de renda pessoa física provem dos trabalhadores (Mañan, 2019). Por outro lado, a tributação da renda empresarial reduziu-se de 30% dos lucros para 25%, embora os dividendos distribuídos paguem um 7% adicional. Posteriormente, no governo Mujica, ensaiou-se um imposto progressivo sobre a propriedade fundiária, que acabou não vingando. Para o investidor estrangeiro, há uma série de isenções atrativas, além das zonas francas. A diplomata brasileira Taís Amorim ressalta que imposto no Uruguai é um assunto simples, vantagem difundida pelas propagandas de *Uruguay XXI*, a agência de fomento de investimentos no país.

Na esteira da crise de 2008 houve uma modesta flexibilização do sigilo bancário, facilitando a solicitação de informações via judicial, além da proibição de criar novas Sociedades Anônimas Financeiras de Investimento (empresas *offshore*), e um prazo para encerrar as então existentes. O móvel destas medidas foi a pressão internacional, e seu objetivo foi evitar que o país fosse considerado um “paraíso fiscal” (Antía, 2016, p. 305). Buscou-se então um equilíbrio entre a defesa da reputação internacional e a preservação das regras do jogo que favorecem o sistema financeiro uruguaio no âmbito regional.

Uma área que se beneficiou do aumento do investimento social foi a saúde. No segundo ano do governo Vázquez, foi avançada uma reforma no setor, estimada como uma das principais realizações do FA. Originalmente, previa-se que o dinheiro para a saúde sairia da reforma tributária. Como isso não se viabilizou, o governo ampliou o antigo seguro de saúde dos trabalhadores, administrado pelo *Banco de Previsión Social* (BPS). Em 2007, criou-se o *Fondo Nacional de Salud* (Fonasa) para centralizar os recursos alocados ao setor, administrados pelo BPS. Fonasa reúne contribuições do Estado, das empresas e das famílias, que aportam entre 3% a 8% de sua renda, dependendo da capacidade de contribuição e da estrutura familiar. O fundo remunera os prestadores de serviço de saúde por cada um dos beneficiários, segundo um cálculo de risco que independe da contribuição individual. Em suma, trata-se de um sistema misto, onde os trabalhadores contribuem com um percentual variável do salário, formando um grande caixa que remunera os prestadores de serviço, públicos e privados, dentre os quais é permitido ao usuário escolher quem lhe atenderá.

A reforma teve êxito em massificar o sistema: entre 2005 e 2010, a cobertura de saúde Fonasa triplicou, passando de 570.661 a 1.591.688 pessoas, enquanto neste mesmo período, dobrou o gasto governamental, que passou de 17.473 mil pesos para 37.736 mil pesos (Setaro, 2016, p. 206). Porém, o sistema tem uma vulnerabilidade: a “atadura estabelecida entre la intensidad de la ciudadanía social y el funcionamiento del mercado de trabajo”, restringindo o acesso de quem não tem inserção laboral (Setaro: 2016, 233). Além disso, dez anos depois da sua criação, reconhecia-se que o aumento da cobertura afetou a qualidade dos serviços (Caetano, 2017, p. 26).

Em contraste com a saúde, a educação é reconhecida mesmo entre seus simpatizantes, como um campo em que o progressismo uruguaio falhou. Depois de um começo próspero, com a distribuição de computadores portáteis a alunos e professores de escolas públicas em 2007 (*Plan Ceibal*), a educação escolar se defrontou com problemas de financiamento, resultando na precarização dos serviços oferecidos, rebaixamento do padrão de vida dos professores e a abertura para a expansão privada. A pretexto de enfrentar estas dificuldades, o senador colorado Pedro Bordaberry, filho do presidente que virou ditador, avançou um projeto de lei viabilizando a existência dos primeiros “colégios públicos de gestão privada” (Cano, 2019). No final de 2019, o senador apresentou um projeto similar, visando o ensino básico. O ensino superior teve sorte melhor em relação ao financiamento. Entretanto, a participação das matrículas e o número de instituições privadas que operam no ensino superior e na educação básica, aumentou.

Em 2019, as escolas e universidades privadas respondiam, respectivamente, por 1/5 e 1/10 da demanda, proporções baixas em comparação com outros países latino-americanos, mas que tem crescido.

A análise da educação no Uruguai dá pistas para entender a derrota eleitoral do FA em 2019. Porque a despeito de uma desaceleração, a economia uruguaia seguia crescendo e sob qualquer indicador que se analise, a situação da população ao final do terceiro mandato do FA era melhor do que quinze anos antes. No entanto, o que as cifras não mostram são as fraturas sociais do país, no sentido de profundas diferenças socio-territoriais, implicando que qualquer indicador é marcadamente diferente entre um bairro e outro. Estas fraturas são palpáveis na grande Montevideu, que responde por cerca de 2 milhões dos 3,5 milhões de habitantes do país. Por exemplo, constatam-se altos índices de abandono do ensino médio na periferia, em contraste com os bairros centrais. A evasão escolar está associada ao aumento da delinquência juvenil no país. Nos últimos dois anos de governos FA, o índice de assassinatos saltou de 5 para 11 por cem mil habitantes. Embora o fenômeno tenha proporções muito menores do que no Brasil (1/5 da média de assassinatos do Ceará e 1/3 da média nacional) e em outros países latino-americanos, é relevante para a realidade uruguaia, fundamentando a gramática da insegurança explorada eleitoralmente pela nova e pela velha direita (Falero, 2019). Uma clivagem regional se sobrepõe a esta fratura urbana, uma vez que o Uruguai das fronteiras, onde o FA nunca se enraizou, é diferente e mais conservador do que a urbana Montevideu. Há uma semelhança espantosa entre o mapa eleitoral da eleição presidencial de 2019 e o plebiscito realizado pela ditadura em 1980, revelando a força do conservadorismo nos rincões do país.

E, no entanto, se a questão da segurança foi explorada eleitoralmente pela direita, não foi por falta de investimento: entre 2004 e 2014, o gasto em segurança passou de 1,15% do PIB para 1,57% do PIB, em um período em que o PIB praticamente dobrou (Vila: 2016, p. 273). Também não foi por falta de punitivismo, embora inicialmente não tenha sido assim. Em 2005, o governo adotou uma “lei de humanização das prisões”, que reduziu penas para o detento que estuda e trabalha, estabeleceu mesas de segurança e convivência nos bairros para trabalhar a prevenção, entre outras medidas.

Entretanto, em pouco tempo o discurso e as práticas punitivistas se impuseram, particularmente no governo Mujica. Apesar da criação do Instituto Nacional de Reabilitação em 2010, que extraiu da polícia a administração carcerária, a cultura punitivista permeia o sistema judiciário, a prática legislativa e a concepção e gestão das

prisões. Exemplos no campo legislativo incluem a chamada “lei de faltas” em vigor desde 2013, castigando quem dorme em espaços públicos, podendo até encarcerar moradores de rua. Ou a legislação que agiliza processos de despejo, agora considerados como processos penais e não civis. Ou ainda, a proliferação de câmeras de vídeo no centro de Montevideu, todas práticas consonantes com a ideia de urbanizar segundo a lógica de securitizar (Pérez, 2019). Sob o FA, prosperou a abordagem do cidadão como um infrator em potencial, que se expressou na criação de novos tipos de delitos, no endurecimento das penas, na restrição de benefícios para os presos e no uso excessivo da detenção preventiva (65% da população carcerária em 2016). Como resultado, a população carcerária se elevou de 4.117 para 8.316 detentos entre 1999 e 2009, enquanto dez anos depois, rondava 11.500 presos. Em 2017, Uruguai e Brasil tinham a maior concentração carcerária em proporção à população na América Latina (Prison Insider, 2018).

As condições de reclusão são notoriamente ruins. Em 2011, treze detentos morreram queimados em decorrência de um acidente e a inspeção internacional que seguiu considerou prisões uruguaias “absolutamente inadequadas para o alojamento de seres humanos” (OEA: 2011). Como resposta, a partir de 2012 dificultou-se o acesso de ONGs às prisões em todo o país, enquanto o sistema carcerário se expandia. O projeto de uma prisão cujas celas não tinham janelas, apenas um buraco no teto, foi barrado por defensores dos direitos humanos. Mas o esquema de parceria público-privada regulado em 2011, avançou. Em 2018, entrou em funcionamento a segunda maior prisão do país operando neste modelo, que cobra “hotelaria” por preso atendido e evidentemente, não tem interesse em processos de reabilitação, pois quanto mais presos, mais próspero o negócio (Serpaj, 2019).

No que tange aos crimes da ditadura, o legado frenteamplista é decepcionante. Aventa-se que no primeiro governo Vázquez, seu braço direito Gonzalo Fernández negociou com os militares a prisão de alguns dos torturadores mais notórios, em troca de encerrar o assunto (Serpaj, 2019). Já a conduta de Mujica em relação ao tema despertou indignação, inclusive entre correligionários. Questionado sobre o que pensa do ex-presidente, o deputado do FA Luis Puig foi enfático em afirmar que discrepa totalmente de Mujica no que diz respeito à política de direitos humanos e as relações com as Forças Armadas, posição compartilhada por outros opositores à ditadura (Puig, 2019, Serpaj, 2019, Anahit Ahanorian, 2019). Existe consenso de que o ministro da Defesa de Mujica e ex-tupamaro Eleuterio Fernández Huidobro, ao contrário de enfrentar os militares, se tornou seu porta-voz. Fernández se opôs às investigações dos crimes da ditadura e se

pronunciou, mais de uma vez, em defesa de militares processados pela justiça por violações aos direitos humanos, enquanto criticou reconhecidas organizações de direitos humanos (González, Méndez, 2016, p. 242). Quando Serpaj, uma prestigiosa instituição presente em 13 países latino-americanos denunciou que o ministério sonegava informação solicitada por investigações dos crimes da ditadura (Serpaj, 2015), o ministro reagiu: “Es falso lo que dice esa ONG, financiada por las peores fundaciones imperiales. ¡Falso! No tengo información. Si Serpaj me autoriza a torturar por un mes yo capaz que le consigo información” (El Observador, 2014)¹.

Apesar dos protestos suscitados por esta gestão *sui generis*, que despertou mais críticas no próprio partido do que na oposição, Fernández Huidobro foi mantido no cargo pelo segundo governo Vázquez, onde permaneceu até sua morte em 2016. Outro modo de valorizar os militares foi ampliar o envio de efetivos uruguaios às missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU), inclusive para a intervenção no Haiti, a qual anteriormente o partido se opôs. Sob o FA, o pequeno Uruguai se tornou um dos dez maiores contribuintes mundiais para missões da ONU (González, Méndez, 2016).

No entanto, nem tudo foram flores na relação com a caserna. Em 2018, o governo Vázquez aprovou uma reforma da aposentadoria dos militares condizente com a lógica do ajuste estrutural, criticada publicamente pelo comandante do exército, Guido Manini Ríos. Este militar original de uma família “aristocrata e fascista”, teve o endosso de Mujica e Fernández Huidobro para ascender a general em 2011, e no último mês do seu mandato em 2015, o ex-tupamaro o nomeou comandante em chefe das forças armadas². Como a constituição proíbe pronunciamentos políticos de militares, Manini foi preso em 2018 por 30 dias. Uma vez solto, “insubordinou-se ao presidente Vázquez até cansar”, com declarações reivindicando os militares e a ditadura, o que catapultou sua candidatura presidencial pelo recém-criado *Cabildo Abierto*, oficializada quando o presidente o passou para a reserva (Aram Aharonian, 2019). Por sua vez, em seu último ano na presidência, Vázquez autorizou uma diminuição do efetivo de militares de alto escalão e extinguiu os “tribunais de honra” criados pela ditadura.

¹ Tupamaros como Mujica e Fernández fazem a leitura de que houve uma guerra entre dois atores armados, e não um terrorismo de Estado. No plano psicológico, especula-se que este passado militar comum entre guerrilha e exército suscita uma espécie de camaradagem mórbida, que se traduz em cumplicidade. Quando Fernández morreu, o general Manini fez um discurso emocionado em seu funeral.

² Mujica também promoveu Luis Almagro, quem foi seu ministro das Relações Exteriores em seu governo e posteriormente, designado para a Organização dos Estados Americanos (OEA), onde se tornou “um operador político dos Estados Unidos” (Puig: 2019).

Na campanha eleitoral de 2019, *Cabildo Abierto* funcionou como uma espécie de “imã que atrai toda pauta reacionária”, enquanto surfava no discurso de insegurança martelado pela oposição e os meios de comunicação (Vera, 2019). Por exemplo, Manini Ríos assumiu uma posição contrária à agenda de direitos, cuja liderança erroneamente se atribui, fora do Uruguai, a Mujica. Esta agenda nunca foi unânime no próprio FA, onde opositor mais notório foi Tabare Vázquez. Como resultado destas tensões, a legalização da *cannabis* envolve aspectos controversos, a começar pelo extensivo cadastro a que se submetem os consumidores, que é também um mapeamento. Embora se reconheça que a medida descomprimiu a relação entre a polícia e a juventude, de modo que um jovem hoje fuma na frente de um policial sem problemas, as restrições ao consumo e plantio contribuem para que parte do mercado ainda esteja em mãos do crime organizado. Esta realidade foi reconhecida pelo ministro do Interior Eduardo Bonomi, que em 2018 atribuiu o aumento da violência no país ao recrudescimento das disputas entre facções confrontadas com um mercado menor, mas ativo (Colombo, 2018).

Padrão de acumulação

A oposição ao FA enveredou para a seara da criminalidade mobilizando valores conservadores, também porque na economia há pouco a diferenciá-los. Visto em perspectiva ampliada, as fundações estabelecidas nas décadas precedentes para uma economia pautada pelo investimento estrangeiro, entre as zonas francas, o agronegócio, a pecuária, o extrativismo florestal e o turismo, amadureceram e deram frutos. O compromisso do FA com este padrão é explicitado na lei de Promoção e Proteção de Investimentos de 2007: “el crecimiento de la inversión constituye la piedra angular para consolidar el proceso de desarrollo del sistema productivo...” (Elías, 2017, p. 38). Entre 1999 e 2004, o Investimento Externo Direto foi U\$ 292 milhões, enquanto entre 2005 e 2015, elevou-se a U\$ 1.954 milhões (Elias, 2017, p. 42).

O desígnio de atrair investimento estrangeiro resultou em uma ambiguidade na política externa frenteamplista. Ao mesmo tempo em que o país se alinhou com o progressismo regional e se aprofundaram as relações no âmbito do Mercosul, houve um flerte permanente com a abertura multilateral.

Esta tensão tampouco era nova. No final dos anos 1960, Methol Ferré vislumbrava que, sem Brasil e Argentina – ou seja, sem unidade regional, não haveria Uruguai. E vice-versa: o movimento em direção à integração econômica tornava as repúblicas sul-americanas “anacrônicas” (Methol Ferré, 2015). De fato, sob ditaduras intensificaram-se

os laços comerciais na região, tendência que prosseguiu com a criação do Mercosul em 1995. No entanto, este movimento esteve empapado pela liberalização econômica, que dissociou a integração comercial de soberania. Atualmente, a proposição de que sem região não haverá Uruguai, deu lugar ao senso comum de que o país é inviável se não se abrir para o mundo. A região não é o esteio de uma inserção internacional soberana, mas mais uma frente de negócios, embora importante.

Foi assim que o presidente Jorge Battle apoiou o ingresso do Uruguai na Alca. Como a iniciativa malogrou, o governo do FA que o sucedeu, assinou um acordo de investimentos com os Estados Unidos e negociou um tratado de livre-comércio (TLC) com este país. Naquele momento, confrontado com mobilização popular, críticas internas e oposição do Mercosul, este tratado foi afinal, descartado. Por outro lado, como atrair investimento implica em segurança para o capital internacional, o país subscreveu mais de 30 acordos de investimento, a maioria deles anterior aos governos FA. Porém, a tendência persistiu: sob a liderança de Mujica e do chanceler Luis Almagro, em 2013 o Uruguai ingressou sigilosamente nas negociações do tratado plurilateral de liberalização de comércio de serviços (TISA), impulsionado pelos Estados Unidos. Confrontado com oposição interna, como acontecera na negociação do TLC com os Estados Unidos, o país terminou se retirando sob Vázquez. Porém, este mesmo governo assinou em 2018 um TLC com o Chile, visto como um precedente de tratados futuros (Elías, 2019).

Uma decorrência desta política assentada na atração de investimento externo, foi a estrangeirização do setor exportador uruguaio. O capital internacional domina as exportações do país, inclusive o tradicional setor frigorífico, em que os grupos brasileiros Minerva e Marfrig abarcam quase a metade do mercado, seguidos por grupos argentinos e alguns estadunidenses. O protagonismo das empresas estrangeiras exige a formação de quadros gerenciais locais, assim como assessores em matéria tributária e legal. Neste contexto, “uma parte tradicional do poder econômico se acoplou a este processo de estrangeirização como subsidiário dele (Geymonat, 2018, p.170).

Este acoplamento é evidente nas zonas francas, regulamentadas logo após a ditadura segundo uma normatividade em que até a legislação arquitetônica obedece a parâmetros próprios. Constituem-se pequenas cidades administradas por incorporadores imobiliários locais que alugam o espaço às empresas interessadas, à maneira de um gestor de *shopping center*, configurando territórios que são, e ao mesmo tempo não são Uruguai (Falero, 2011, p. 160). Neste modelo, o único a recolher impostos é o incorporador, que também atua em escala internacional: o grupo que opera Zonamerica, a mais antiga do

país, comanda empreendimentos similares na Colômbia e na China. Enquanto isso, as empresas “estão isentas de todo tributo nacional, criado ou por criar” como esclarece o sítio do governo (MEF, 2020). Além da isenção fiscal e da liberalidade para comprar e vender moeda, o *marketing* das zonas francas enfatiza a estabilidade política do país (número 1 na América Latina, segundo Uruguay XXI), o acesso a um mercado de 400 milhões de pessoas (a América do Sul) e a “disponibilidade de talento” (Uruguay XXI, 2020).

Diferente das maquiladoras mexicanas que se apoiam em trabalho barato, o modelo uruguaio obriga as empresas a cumprirem a legislação trabalhista vigente, mas não há organização de trabalhadores em zonas francas. Daí que as propagandas enfatizam a oferta de recursos humanos altamente “competitivos, qualificados e plurilíngues”, em um país onde “O Estado garante o acesso gratuito à educação, desde o pré-escolar até a universidade” (Uruguay XXI, 2020). Os salários uruguaio são relativamente altos para a América Latina, mas muito inferiores aos praticados no capitalismo central. Na prática, as zonas francas atraem sobretudo empresas de serviços e logística, razão pela qual Alfredo Falero as descreve como “enclaves informacionais” (Falero, 2011). Exemplos de empresas instalados no Uruguai incluem Despegar.com (que no Brasil é Decolar), Mapfre seguros, Sabre, empresas de tecnologia da informação e software (como a indiana Tata consultancy), de apostas, de terceirização (*outsourcing*) e *back-offices* (contabilidade e administração) de maneira geral. Há também zonas francas com foco específico, como o *Parque de las Ciencias*, dedicado à indústria farmacêutica, ou a zona franca de Colonia, onde se fabrica concentrado de Pepsi.

Em 2019, havia cerca de 300 empresas operando em 12 zonas francas, empregando em torno de 15 mil trabalhadores, em sua maioria com algum conhecimento de informática e de inglês. Em geral, estes trabalhadores sentem-se privilegiados, pois são empregos que pagam um pouco mais do que a média uruguaia e ainda vendem a ideia de que se faz uma carreira para o mundo (Falero, 2019, Marcelo, 2019). A economia das zonas francas é um segmento em expansão: em 2018, suas exportações totalizaram US\$ 2.216 milhões, um incremento de 14% em relação ao ano anterior, enquanto as exportações de “território não franco” somaram US\$ 7.491 milhões, 3,8% a menos do que em 2017 (Uruguay XXI, 2018).

As empresas instaladas em zonas francas são voltadas exclusivamente para exportação, e não podem vender nem comercializar bens e serviços no Uruguai. Na realidade, o ingresso de mercadorias de zona franca para “zona não franca” é considerado

como importação, enquanto o contrário configura exportação, de modo que as zonas francas têm alfândega na entrada e na saída. Por outro lado, não há muros circundando as zonas francas, assim como eles não são frequentes em condomínios de alto padrão, o que no Uruguai constituiria uma violência simbólica. A mensagem subjacente é que não se deve tornar conflituosa uma relação sem necessidade, o que diz muito sobre a cultura política do país (Falero, 2019).

Nesta realidade, em que as zonas francas são territórios não-uruguaios no Uruguai, dados oficiais mostram que em 2019, os principais destinos de exportações do país foram China, União Europeia, Brasil, Estados Unidos, Punta Pereira, Nueva Palmira, Argentina e Fray Bentos. Punta Pereira e Fray Bentos são as zonas francas onde estão instaladas duas fábricas de celulose, que importam madeira uruguaia. A zona franca de Nueva Palmira por sua vez, é o segundo destino da soja uruguaia, depois da China. A única zona franca estatal do país, também reexporta muita soja do Paraguai e algo da Bolívia, que utilizam a infraestrutura de armazenamento desta zona portuária. No conjunto, os dados referentes a 2018 mostram que as exportações de 7.492 bilhões de dólares se elevam a 9.088 bilhões de dólares quando incluem as zonas francas. As principais exportações neste ano foram carne (18%), celulose (18%), laticínios (8%), soja (6%), concentrado de bebida (5%), madeira (5%) e arroz. Em 1998, o Mercosul representava metade das exportações, mas quinze anos depois, respondia por menos de um quarto, indício da reprimarização da pauta exportadora. Por sua vez, as importações do Uruguai provem principalmente de Brasil 23%, China 22%, Argentina 12% e Estados Unidos 7% (Uruguay XXI, 2018).

Em 2018, pela primeira vez na história, o Uruguai exportou mais celulose do que carne. À rigor, este é um dado controverso, uma vez que o processamento e exportação de celulose se dá a partir de zonas francas, abastecidas de madeira nutrida pelo solo e águas nacionais. Nos próximos anos, esta indústria crescerá ainda mais. Em 2019, a multinacional finlandesa UPM confirmou investimento de 2,7 bilhões de dólares no que será a sua maior fábrica no mundo, à margem do rio Negro. UPM já opera uma fábrica adquirida da empresa Botnia às margens do rio Uruguai, cuja construção provocou uma grave crise diplomática do país com a Argentina dos Kirchner. A expectativa é que a nova operação comece a funcionar em 2022 e as exportações anuais se elevem em US\$ 1.155 milhões, convertendo o Uruguai no segundo maior exportador de celulose do mundo (Uruguay XXI, 2019).

Assim como a produção florestal era irrisória nos anos 1990, o campo uruguaio sofreu uma profunda transformação no século XXI. A difusão de multinacionais e empresas corporativas foi acompanhado pelo aumento da concentração fundiária, do preço da terra e da pressão sobre os recursos naturais, marginalizando a pequena produção. Enquanto Mujica, ministro da agricultura de Vázquez, reivindicava uma “agro inteligência”, mais de 12.000 unidades produtivas desapareceram entre 2000 e 2011, em sua maioria de produção familiar, com área inferior a 100 hectares (Castro, Santos, 2018). Por outro lado, a soja transgênica, liberada em 1996, se expandiu a uma velocidade extraordinária, passando de 10 mil hectares em 2000 a 859.000 hectares na safra de 2009, nos moldes do pacote tecnológico de *siembra directa* e glifosato difundido por Monsanto. Trigo, cevada e arroz, setor dominado por brasileiros, também cresceram. No conjunto, a área agrícola do país triplicou em dez anos, e em 2017, 61% dos 8 milhões de hectares comercializáveis estavam em mãos de sociedades anônimas estrangeiras, que como vimos, comandam inclusive a exportação de carne. Somando as atividades agropecuárias e agroindustriais, em 2013 o setor gerou quase 25% do PIB e respondeu por 69% do total exportado (Mañan, 2018, p. 80).

No entanto, diferente de outros países latino-americanos, a expansão do agronegócio e do extrativismo florestal ancorados no capital estrangeiro tem gerado poucos conflitos, em um país em que nunca se enraizou um campesinato, a herança indígena é pouco presente, os afrodescendentes engatinham politicamente (8% da população) e apenas 6% da população vive no campo. Ao contrário, a instalação da terceira fábrica de celulose é bem recebida onde se instala porque gera trabalho, ainda que concentrado na etapa de construção. O principal conflito até o momento não foi provocado pelas consequências ambientais nem pelo elevado investimento comprometido pelo Estado uruguaio - na ordem de 1.850 milhões de dólares em infraestrutura, incluindo a renovação de uma ferrovia de 273 quilômetros até o porto de Montevideu, além da compra de energia produzida pela fábrica, configurando um subsídio disfarçado (Falero, Mañan, 2019). Houve protestos motivados pelo traçado da ferrovia, que a população afetada logrou modificar. Também o PIT CNT, que se opôs à primeira fábrica de celulose em 2003, terminou por endossar a indústria quando o FA a abraçou, aceitando os argumentos de geração de trabalho e honrar os compromissos assumidos (Anahit Anahorian, 2019).

A questão ecológica tem escasso apelo popular, enquanto o governo parece só se importar quando a contaminação ambiental afeta o turismo. Ante a denúncia de

cianobactérias em cursos de água provocada pelo pesticida associado à soja, o governo baixou o decreto 115/018 conhecido como “mordaza”, limitando a investigação independente sobre a contaminação das águas (Mañan, 2018, p. 84). Porém, quando as cianobactérias tingiram de verde praias no verão de 2018, a ministra de Saúde Pública aventou proibir o glifosato (Brecha, 2019).

Em contraste com outros países da região, é débil a experiência comunitária no Uruguai, inclusive se comparada à Argentina, onde tampouco há uma vigorosa tradição indígena ou camponesa, mas existe uma “cultura plebeia” importante nos bairros (Zibechi, 2019). Subsiste uma importante cultura cooperativista, principalmente no campo da moradia, que tem como principal expressão a *Federación Uruguaya Cooperativa de Vivienda por Ayuda Mutua* (Fucvam). Constituída às vésperas da ditadura, a organização se notabilizou pela construção de moradias baseadas na propriedade coletiva. Em 2019, havia 20 mil famílias nucleadas em mais de 600 cooperativas filiadas a Fucvam, que não são donas das casas que ocupam - casas que nem mesmo a cooperativa pode vender, sequer por assembleia. No Uruguai, a moradia como um direito não se identificou com o sonho da casa própria.

Fucvam teve uma relação atribulada com os governos do FA desde que um decreto presidencial, qualificado como usureiro e injusto pelas lideranças, elevou os juros dos financiamentos das cooperativas habitacionais em 2008. A taxa de 2% vigente desde a lei original de 1968, foi elevada a 5,25%, esvaziando o principal incentivo para a cooperativização. Fucvam contestou a posição do governo nas ruas e na justiça, e atualmente, faz seus depósitos em juízo, à taxa de 2% (Cal, 2019). Ao mesmo tempo, os governos do FA estimularam a “moradia de interesse social” por meio de uma lei específica, por meio da qual “o Estado uruguaio entrou definitiva e ordenadamente na estratégia de financiamento privado para moradia de interesse social e na distribuição subsidiada para grupos vulneráveis”, segundo uma lógica inaugurada no Chile e adotada no Brasil (Magri: 2016, 193). Estes subsídios, inclusive na forma de isenção de impostos, são considerados vergonhosos por lideranças da Fucvam, pois resultaram na edificação de moradias até 8 vezes mais caras do que o custo habitual. Na sua visão, “o único impacto (desta política) foi aumentar o lucro das construtoras” (Cal, 2019), o que condiz com a abordagem do ministro, ao esclarecer que a lei “tem outras conotações que tem que ver com reativar a indústria da construção ou provocar o investimento privado em habitação” (Gilet, Rey, 2015).

No entanto, a despeito do lema “a casa é só o começo”, é notória a dificuldade das cooperativas em transcender seu objetivo imediato, e fazer da luta por moradia (ou de qualquer causa cooperativa), o eixo de uma sociabilidade alternativa. Na prática, a cultura política de Fucvam está mais próxima do sindicalismo, dos partidos políticos e da esquerda uruguaia de um modo geral, que tem o Estado como eixo de disputa.

Uma exceção neste cenário é o movimento feminista representado por grupos como Decidoras Desobedientas e Minervas, que reivindicam uma guinada de paradigma, “do produtivo estadocentrico, à reprodução da vida”. Estas organizações estabeleceram o “alerta feminista”, convocando marchas cada vez que ocorre um feminicídio. Estas mobilizações culminam com a leitura conjunta de um comunicado, rompendo com a lógica de oradores e carro de som (Iglesia, 2019).

Porém, este é um fenômeno recente e marginal na cultura política uruguaia, onde o campo popular ainda se organiza em torno do trabalho, e a esquerda gravita ao redor das relações entre sindicato, partido e Estado. Embora concebida como um movimento dialético, na prática esta relação tendeu para a simbiose durante os quinze anos sob o FA. À sua maneira, estes governos reeditaram a utopia da cidadania salarial batlista semeada cem anos atrás, em um contexto onde o investimento externo direto cumpriria o papel da renda diferencial da terra, gerando o excedente que sustentou no poder, uma esquerda pautada pela estabilidade. Nas eleições presidenciais de 2019, esta esquerda é que foi colocada em xeque, e não a estabilidade.

O candidato frenteamplista foi o prefeito de Montevideu Daniel Martínez, que venceu o primeiro turno com 39% dos votos, uma diferença superior a 10% em relação ao segundo colocado, Luis Lacalle Pou do Partido Nacional (28%). Fosse na Argentina ou na Bolívia, FA teria levado no primeiro turno, mas a regra uruguaia exige 51% dos votos, como no Brasil. E então, a derrota parecia matematicamente inevitável, pois os votos de *blancos* e *colorados* alcançavam os do FA, e o desempate caberia aos eleitores de *Cabildo Abierto*, que angariou 11% dos votos. O denominador comum destas três candidaturas era o rechaço ao FA que, no entanto, desafia o senso comum. Afinal, desde que a coalisão de esquerda chegou à presidência em 2005, a situação geral da população melhorou segundo qualquer medição: o salário real subiu cerca de 60%, a pobreza caiu de 40% a 8%, a indigência se reduziu a 0,1% e a economia crescera, embora cada vez menos.

Como em outras realidades no continente, o eixo da disputa não foi a política econômica, uma vez que a atração de investimento estrangeiro e o regime de acumulação

constituem um campo comum. Há diferenças em relação ao papel das empresas estatais, onde a direita sinaliza maior participação privada. Por exemplo, ventila-se a liberação da importação de combustíveis, rompendo com o histórico monopólio da estatal ANCAP. A corrupção também não foi uma pauta decisiva. O uso indevido de cartão de crédito corporativo por Raul Sendic (filho do líder guerrilheiro) quando chefiava ANCAP, provocou sua renúncia como vice-presidente em 2017. Foi um episódio incômodo, mas de impacto eleitoral limitado em uma conjuntura que deslizava para a direita: enquanto o ruralismo conservador renasceu com a organização “Un solo Uruguay”, lideranças frenteamplistas disputavam quem gritava mais alto que a Venezuela é uma ditadura.

Para a derrota de FA confluíram uma variedade de fatores, entre a arrogância dos dirigentes e fraturas da sociedade uruguaia que incidem no aumento da violência, explorado pela direita em um contexto de crescente desemprego e crise da educação, que corroem a percepção do estudo e do trabalho como pontes de mobilidade social (Machado, Casas, 2019). Ao mesmo tempo, o mal-estar diante dos privilégios ao investidor estrangeiro soma-se à devastação ambiental, afetando inclusive as águas: afinal, “vender o país” no exterior como faz *Uruguay XXI*, às vezes parece ser literalmente isso: vender o país. Ou arrendá-lo, no caso das zonas francas. No plano subjetivo, constata-se que a continuidade econômica correspondeu à reprodução de valores neoliberais, como o empreendedorismo e o punitivismo. Quinze anos depois, prevalece a percepção de que a sociedade uruguaia é mais consumista e menos politizada, mais insegura e menos educada, mais bruta e menos cultivada. No conjunto, mais aberta às pautas da direita, inclusive na sua versão militarista, cujo passado terrorista foi absolvido pelos tupamaros no poder.

Na medida em que se aproximava o segundo turno, houve uma notável mobilização cidadã, motivada antes por temor à direita militarista do que por amor ao FA. É consenso entre a militância que a organização, nascida como um partido movimento nos anos 1970, há muito perdeu sua organicidade. O trabalho de base, negligenciado por décadas, ressurgiu às vésperas do pleito. A mobilização diminuiu a distância entre os candidatos, mas não reverteu um pleito decidido, afinal, por estreita margem: 1,5% dos votos. O resultado sugere que a derrota de FA não foi total, nem a vitória do Partido Nacional. Entretanto, o fiel da balança será *Cabildo Abierto*, de quem o novo governo dependerá para ter maioria no congresso.

Reflexões finais

Pequeno país surgido da intermediação inglesa nos conflitos entre Brasil e Argentina na bacia do Prata, o Uruguai conheceu um extraordinário dinamismo econômico na virada do século XIX-XX. Assim como a vizinha Argentina, o país engatou no mercado mundial como exportador de carne, beneficiado por condições naturais excepcionais e pelo avanço das tecnologias de refrigeração. A ausência de uma oligarquia agrária que subordinasse o poder dos comerciantes, em um país que se urbanizava rapidamente em meio a uma aluvião imigratória, propiciou as condições para o battlismo, um fenômeno singular que marcou a cultura política nacional até a ditadura cívico-militar. O contraponto social de um Estado “dirigista” que impulsionou a industrialização lastreada no excedente gerado pela renda da terra, foi uma avançada agenda de direitos civis e de serviços sociais, inclusive a educação universal, secular e gratuita, sedimentando o prestígio do Estado e dos seus serviços junto à população.

No plano político, os colorados comandaram o Estado por quase um século, nos marcos de um bipartidismo que condenou a esquerda à marginalidade. Esta situação começou a mudar quando a engrenagem econômica empacou, confrontada com a estagnação das exportações agropecuárias e com os dilemas da industrialização substitutiva, que se manifestaram precocemente no país. Dos anos 1950 em diante, a posição relativa do Uruguai no cenário internacional declinou. Face aos impasses enfrentados, o partido Nacional chegou à presidência pela primeira vez em 93 anos, enquanto os trabalhadores se desprendiam do battlismo. Nos anos 1960 as contradições se acirraram: o sindicalismo convergiu na Convenção Nacional do Trabalho, enquanto os tupamaros pegaram em armas. Quando os colorados voltaram ao poder, também se despiram do battlismo, assumindo a face autocrática do coloradismo que foi levada às últimas consequências, deslizando para a ditadura.

Reunindo os insatisfeitos com o bipartidismo que não aderiram à luta armada, o Frente Amplo ganhou vida no momento em que o battlismo deixara de se identificar com a cidadania salarial que anteriormente edificou. Embora nascido como um partido-movimento, sua base orgânica tinha raízes no movimento sindical, com quem partilhava o ensejo de reinstaurar um Estado interventor, responsável e democrático. Neste país urbano, educado e secular, o campo de atuação de fenômenos como a educação popular de Paulo Freire ou a teologia da libertação, foi reduzido. Uma cultura política institucionalista, se impôs.

Emancipados do passado colorado, o sindicalismo e a esquerda tiveram as mãos literalmente atadas pela ditadura. O regime por sua vez, abriu mão das complicações envolvidas em um projeto de emancipação nacional, que implicava em articulação regional, como argumentou Methol Ferré. Optou-se pela liberalização financeira, pretendendo fazer do país uma praça internacional, e em seguida, pela liberalização comercial. O desastre econômico que seguiu selou a sorte do regime que, no entanto, conduziu exitosamente a transição, dividindo e neutralizando seus principais opositores.

A restauração do bipartidismo porém, já não era possível nos termos de antigamente. O sindicalismo se recompôs e FA conquistou Montevideú em 1994. Entrincheirado na capital, o partido conduziu sua luta para conquistar o Estado, com a tática de cativar o eleitorado moderado. Ao longo destes anos, em que FA foi oposição, assentaram-se os fundamentos jurídicos do modelo econômico ainda vigente: as zonas francas, a lei florestal e a liberação dos transgênicos somaram-se ao segredo bancário para consolidar um regime de acumulação baseado na atração de investimento estrangeiro, que tem como imperativo a estabilidade. Ao mesmo tempo, o Uruguai aderiu à agenda do ajuste estrutural que, no entanto, deparou-se com um limite, na medida em que a mobilização cidadã barrou as privatizações. Embora as principais estatais tenham sido preservadas, a privatização avançou pelas beiradas, entre terceirizações e regulamentações que afetaram o funcionalismo público, o regime previdenciário e o monopólio público do ensino superior, entre outros.

Liderando a resistência à investida neoliberal, o FA se qualificou ante a população como alternativa à agenda do ajuste estrutural e ao bipartidismo. O partido perdeu por pouco as eleições em 2000, mas quando a crise incubada no Brasil e na Argentina atingiu o país em cheio em 2002, ficou claro que sua hora tinha chegado. Neste momento, FA se desdobrou para conter o potencial disruptivo da situação. Seguro de seu prestígio entre os de baixo, credenciou-se como uma esquerda para a estabilidade entre os de cima.

O primeiro governo de Tabaré Vázquez beneficiou-se da recuperação econômica no contexto da alta das *commodities*, e avançou uma profícua legislação sobre o trabalho, uma diversidade de esquemas de assistência social, a reforma do sistema de saúde e a reforma tributária. Entre ambiguidades e contradições, esta agenda favoreceu a organização sindical e a recuperação salarial, ao mesmo tempo em que estimulou a formalização do trabalho. No governo seguinte, de José Mujica, o foco na questão social se deslocou para a “nova agenda de direitos”, incluindo o direito ao aborto, o casamento gay e a legalização da maconha, pautas às quais Vázquez se opunha, e que potenciaram

o carisma do “presidente mais pobre do mundo”. Internamente, Mujica foi criticado por sua complacência com os crimes da ditadura, pela negociação do TISA envolvendo os Estados Unidos, pela relação com servidores públicos e professores, pelo punitivismo em matéria de segurança, entre outros. Quando Vázquez o sucedeu, a economia do país se desacelerava, o desemprego crescia e a violência também. O presidente saiu à procura de novos investimentos e encontrou uma terceira fábrica de celulose, o que deve impulsionar as exportações futuras, mas foi insuficiente para renovar votos no presente. FA perdeu as eleições por pouco, mas não se abalou: a alternância faz parte do jogo. Vázquez se apressou em dizer que seu partido “não trabalhará para que caia este governo (Lacalle Pou)” e que o FA “tem que demonstrar que é uma força política séria e responsável” (El País: 2019). Em seguida, o PIT-CNT homenageou Vázquez e o presidente reconheceu que seu trabalho não teria sido possível “se não tivéssemos conosco o PIT-CNT”, agradecendo a “seriedade e responsabilidade” dos dirigentes (El Observador, 2020). A esquerda da ordem aguarda respeitosamente, o momento de voltar.

No entanto, este prognóstico é incerto. Em função de sua inserção geopolítica, e de suas características econômicas e demográficas, o devir uruguaio é particularmente sensível ao movimento da história regional e mundial. E globalmente, a tendência tem sido o desmanche da utopia de uma cidadania salarial.

O Uruguai sob o FA se esforçou em ir contra esta corrente, mas usando os instrumentos que herdou. Aceitando a concepção de país delineada pela ditadura e aperfeiçoada pelo bipartidismo neoliberal, o FA construiu sobre esta fundação em lugar de questioná-la. A economia política destes governos reivindicou o estatuto social do trabalho e a legitimidade política dos sindicatos, ao mesmo tempo em que apoiou e defendeu a racionalidade econômica herdada, e todos os negócios que ela implica. O norte desta esquerda para a estabilidade parece ter sido uma versão da “sociedade amortiguadora” ansiada pelo battlismo, que, no entanto, se deparou com contradições internas e um contexto internacional adverso no século XXI. Foi como remar no doce de leite, como se diz no país. Mas com uma pá virando para frente, e outra para trás.

Distante de uma “Suíça das Américas”, o resultado é comparável, no máximo, a um queijo suíço, cujo tecido social está repleto de buracos, minando a soberania e a integração nacional. As crateras mais notáveis são as zonas francas e o extrativismo papeleiro, mas os furos estão por toda parte. No Uruguai frenteamplista, a previdência segue parcialmente capitalizada, mas a maior administradora é estatal; o Itau, banco privado brasileiro, se gaba de ser escolhido para emitir títulos do governo; o país tem

cassinos, mas estatais; ensino público, de gestão privada; a Cinemateca sobrevive, no prédio de um banco regional; o presídio de Punta Carretas virou um shopping desde 1994; a icônica praça da Independência foi cenário de super-produção de Hollywood; o futebol ainda admite duas torcidas, mas rigidamente apartadas; o país elegeu uma deputada negra, mas de direita; as zonas francas e os condomínios segregam, mas sem muro; os trens suburbanos passam por reforma para transportar celulose, não passageiros; o glifosato é um problema para o turismo, antes de ser uma questão de saúde pública.

No conjunto, observa-se uma diluição das fronteiras entre o público e o privado, em um movimento que tende a impor, aos poucos, a lógica da mercadoria em todas as esferas, do cinema às águas. Em contraposição ao Chile, onde houve um empenho em enraizar a racionalidade neoliberal na subjetividade das pessoas, o reconhecimento e a valorização da responsabilidade social do Estado subsistem como um patrimônio político e ideológico comum a muitos uruguaios. Estes valores compõem um campo cultural que transcende a esquerda, e foi reivindicando este campo que FA construiu sua legitimidade e prestígio.

Por oposição, o que está em xeque neste momento é mais do que a popularidade eleitoral de FA, mas a legitimidade social e a viabilidade política deste projeto: a via uruguaia para a cidadania salarial no século XXI. Para fazer uma analogia, assim como a eleição de Bolsonaro no Brasil sinaliza o fim da institucionalidade associada à Constituição Cidadã de 1988 e à Nova República, a derrota do FA pode ser indício de um deslocamento nas placas tectônicas da sociedade uruguaia em direção contrária à utopia da cidadania salarial com que estes governos se identificaram, apesar de todas as ambiguidades. Avançando um passo na analogia, assim como a esquerda brasileira é constrangida a superar o chamado “projeto democrático nacional”, compartilhado desde os anos 1970 pelo conjunto de organizações sociais que desaguou no PT, a esquerda uruguaia é desafiada a repensar a aposta na cidadania salarial mediada pelo Estado, uma utopia que tem ressonância histórica profunda no país.

Visto à luz do movimento da história contemporânea, em que o sindicalismo está em baixa, enquanto a idealização de um Estado protetor de direitos sociais dá lugar ao esvaziamento da democracia liberal e ao recrudescimento da violência estatal, a defesa de uma cidadania salarial ancorada em uma relação entre sindicato, partido e Estado que tende à simbiose, aparece na contramão da história. Vislumbra-se a defesa de um mundo que perdeu seu lastro material e, portanto, sua legitimidade, inclusive entre a juventude rebelde. Deste ponto de vista, o Uruguai emerge como uma espécie de quilombo (e neste

sentido, comparável à Cuba), em que a esquerda defende um mundo que é cada vez mais passado, e assaltado de modo cada vez mais brutal. Mas diferente de Cuba, onde a revolução tem conquistas históricas a defender, FA agarra-se a uma estabilidade que parece escapar-lhe pelos dedos, e com a qual identifica sua existência. No momento dorme tranquila, pois Lacalle Pou não é Bolsonaro e a ordem parece assegurada. Entretanto, as placas tectônicas continuarão a se moverem, aprofundando fraturas com que FA, preocupada com a superfície eleitoral, parece mal equipada para lidar. Neste processo, arrisca a tornar-se restauracionista: uma esquerda que reivindica um passado idealizado, enquanto a direita molda o futuro.

Referências

- AHARONIAN, Aram. 'Uruguay, el paisito que había olvidado a la derecha, la que hoy se vuelve pesadilla'. Em ALAI, 2/12/2019.
- ANTÍA, Florencia. 'La política tributaria durante el gobierno Mujica: hacia el fin del secreto bancario?'. Em: BETANCUR, Nicolás; BUSQUETS, José Miguel (cords.). *El decenio progresista. Las políticas públicas de Vázquez a Mujica*. Montevideo: Fin de Siglo, 2016, ps. 301-326.
- BRECHA. 'Si Dios quiere. Cianobacterias y turismo'. 6/7/2019. Disponível em: <<https://brecha.com.uy/si-dios-quiere/>>. Acesso em 24/1/2019.
- _____. 'Olor a polvora'. 28/8/2015. Disponível em <https://brecha.com.uy/olor-a-polvora/>. Acesso em 26/1/2020.
- BÚSQUEDA. 'Unidad Popular con canasta familiar de Búsqueda'. 30/9/2014. Disponível em: <http://180.com.uy/articulo/51215_Unidad-Popular-con-canasta-familiar-de-Busqueda>. Acesso em 24/1/2020.
- CAETANO, Gerardo. Milagro en Uruguay? Apuntes sobre los gobiernos del Frente Amplio. NUSO, n. 272. Novembro/Dezembro 2017. Disponível em: <<https://www.nuso.org/articulo/milagro-en-uruguay/>>. Acesso em 24/1/2020.
- CARRACEDO; Fabián; SENATORE; Luis. 'Las políticas laborales y las relaciones de trabajo durante el gobierno de José Mujica'. Em: BETANCUR, Nicolás; BUSQUETS, José Miguel (cords.). *El decenio progresista. Las políticas públicas de Vázquez a Mujica*. Montevideo: Fin de Siglo, 2016, ps. 15-42.
- CASTRO, Diego; SANTOS, Carlos. 'Rasgos de la lógica estatal en la hegemonia progresista uruguaya. Em: OUVIÑA, Hérnán; THWAITES, Mabel (comp.). *Estado en*

disputa. Auge y fractura del ciclo de impugnación al neoliberalismo en América Latina. Buenos Aires: El colectivo, 2018, ps. 121-139.

COLOMBO, Sylvia. 'Sobe 66% o número de homicídios no Uruguai por causa do narcotráfico'. Folha de São Paulo, 2/9/2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/09/sobe-66-o-numero-de-homicidios-no-uruguai-por-causa-do-narcotrafico.shtml>>. Acesso em 24/1/2020.

El Observador. 'Huidobro sobre SERPAJ: si me autorizan a torturar capaz consigo información'. 19/12/2014. Disponível em: <<https://www.elobservador.com.uy/nota/huidobro-sobre-serpaj-si-me-autoriza-a-torturar-capaz-consigo-informacion--2014121915400>>. Acesso em 24/1/2020.

El Observador. 'Vázquez dijo que es de clase trabajadora y el PIT-CNT lo comparo a Battle y Ordoñez'. 13/2/2020, p. 8.

EL PAÍS. 'Vázquez dijo que militará y que no trabajará para que caiga este gobierno'. 30/12/2019. Disponível em: <<https://www.elpais.com.uy/noticias/elecciones-2019>>. Acesso em 24/1/2020.

ELÍAS, Antonio. 'El proyecto del capital transnacional se impuso al programa de cambio social'. Em: *La experiencia de los gobiernos progresistas en debate: la contradicción capital trabajo*. Montevideo: COFE, 2017.

FALERO, Alfredo. *Los enclaves informacionales en la periferia capitalista: el caso de Zonamérica en Uruguay. Un enfoque desde la sociología*. Montevideo: Udelar, 2011.

FALERO, Alfredo; MAÑAN, Oscar. 'Nucleos conflictivos en el 2019: resistências y derechos que trascienden la conyuntura'. Em: *Derechos Humanos en el Uruguay. Informe 2019*. Montevideo: Serpaj, 2019.

GEYMONAT, Juan. La transformación em el gran capital uruguayo y su significación. Em: ELÍAS, Antonio; OYHANTÇABAL BENELLI, Gabriel; ALONSO, Rodrigo. *Uruguay y el continente en la cruz de los caminos. Enfoques de economía política*. Montevideo: COFE; Inesur, 2018.

GILET, Eliana; REY, Marcos. 'Yo lo hubiera puesto otro nombre al plán' Entrevista a Francisco Beltrame, presidente da Agencia Nacional de Vivienda. *Brecha*, 7/8/2015. Disponível em: <<https://brecha.com.uy/yo-le-hubiera-puesto-otro-nombre-al-plan/>>. Acesso em 24/1/2020.

GONZÁLEZ, Julián; MÉNDEZ, Gustavo. 'La defensa nacional en tiempos de Mujica. De un tímido impulso y su freno'. Em: BETANCUR, Nicolás; BUSQUETS, José

Miguel (cords.). *El decenio progresista. Las políticas públicas de Vázquez a Mujica*.

Montevideo: Fin de Siglo, 2016, ps. 229-254.

LaRed21. 'Vázquez trajo alivio en la valija: apoya exterior para el plan de emergencia frentista'. 16/7/2004. Disponible em: <<http://www.lr21.com.uy/politica/147780-vazquez-trajo-alivio-en-la-valija-apoyo-exterior-para-el-plan-de-emergencia-frentista-de-2005>>. Acceso em 24/1/2020.

MAGRI, Altair Jessica. 'La vivienda: una nave insignia en aguas turbulentas. Proces y derivas durante el quinquenio de José Mujica'. Em: BETANCUR, Nicolás;

BUSQUETS, José Miguel (cords.). *El decenio progresista. Las políticas públicas de Vázquez a Mujica*. Montevideo: Fin de Siglo, 2016, os. 173-196.

MAÑAN, Oscar. Em: *Uruguay y el continente en la cruz de los caminos. Enfoques de economía política*. Montevideo: COFE; Inesur, 2018.

MEF (Ministerio de Economía y Finanzas). 'Beneficios tributarios para zonas francas'. Disponible em: <<https://www.mef.gub.uy/11682/1/mef/beneficios-tributarios-para-zonas-francas.html>>. Acceso em 24/1/2020.

METHOL FERRÉ, Alberto. *El Uruguay como problema*. Montevideo: Hum, 2015 (1967).

MIDAGLIA; Carmen; TEJERA, Rafael. 'Uruguay del Pepe Mujica: los cambios procesados en el campo de la asistencia social'. Em: BETANCUR, Nicolás;

BUSQUETS, José Miguel (cords.). *El decenio progresista. Las políticas públicas de Vázquez a Mujica*. Montevideo: Fin de Siglo, 2016, ps.43-69.

OEA. 'Anexo al Comunicado de Prensa 76/11 sobre las Observaciones Preliminares de la Visita de la Relatoría sobre los Derechos de las Personas Privadas de Libertad a Uruguay'. 25/7/2011. Disponible em: <<http://www.oas.org/es/cidh/prensa/comunicados/2011/076A.asp>>. Acceso em 24/1/2020.

PARRILLA, Daniel. 'Derechos de los trabajadores en el Uruguay en el período progresista. Un sinuoso e incierto camino'. Em: *Propuestas en Debate*. Montevideo: COFE, Agosto 2019.

PÉREZ, Verónica. PIÑEIRO, Rafael. ROSENBLAT, Fernando. 'El Frente Amplio tras once años en el gobierno'. Montevideo: Friederich Ebert Stiftung: 2016.

PRISON INSIDER. 'Informe anual Uruguay, 2018'. Disponible em: <<https://www.prison-insider.com/fichapais/prisionesusuguay>>. Acceso em 24/1/2020.

REAL DE AZÚA, Carlos. *Uruguay. Uma sociedade amortiguadora?* Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2000.

RICO, Alvaro. 'La dictadura y el dictador'. Em: DEMASI, Carlos; MARCHESI, Aldo; MARKARIAN, Vania; RICO, Alvaro; YAFFÉ, Jaime. *La ditadura Cívico-Militar.*

Uruguay 1973-1985. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2013, ps. 179-246.

SERPAAJ. *Derechos humanos en el Uruguay. Informe 2015.* Disponível em: <<https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2016/01/informe-serpaj-2015.pdf>>. Acesso em 24/1/2020.

SETARO, Marcelo. 'Políticas de salud durante el gobierno de José Mujica. Avances em el Sistema Nacional Integrado de Salud y perspectivas frente a uma era de austeridad'. Em: BETANCUR, Nicolás; BUSQUETS, José Miguel (cords.). *El decenio progresista. Las políticas públicas de Vázquez a Mujica.* Montevideo: Fin de Siglo, 2016, ps. 197-228.

URUGUAY XXI. *Informe Anual de Comercio Exterior 2018.* Disponível em: <https://medios.presidencia.gub.uy/tav_portal/2019/noticias/AD_172/Informe%20Anual%20de%20Comercio%20Exterior%20-%202018.pdf>. Acesso em 24/1/2020.

_____. *Informe Anual de Comercio Exterior 2019.* Disponível em: <<http://www.inac.uy/innovaportal/file/17900/1/comercioexterior.pdf>>. Acesso em 24/1/2020.

_____. Sítio eletrônico: <https://www.uruguayxxi.gub.uy/> Acesso em 24/1/2020.

VILA, Alejandro. 'La política de seguridad ciudadana del mujiquismo: entre acuerdos y disensos'. Em: BETANCUR, Nicolás; BUSQUETS, José Miguel (cords.). *El decenio progresista. Las políticas públicas de Vázquez a Mujica.* Montevideo: Fin de Siglo, 2016, ps.255-278.

ZIBECHI, Raul. 'Una izquierda para la estabilidad'. La fogata 2003.

Conversas em Montevideu entre 5 e 12 de dezembro de 2019

Agustín Cano. Educador, professor da UDELAR.

Alejandro Casas. Professor de Serviço Social, UDELAR.

Alfredo Falero. Sociólogo, professor da UDELAR

Anahit Ahanoriam. Engenheira agrônoma, militante da causa ambiental e dos direitos humanos

Ángel Vera Lemos. Militante do *Partido por la Victoria del Pueblo*, que integra o *Frente Amplio*. Membro da Comissão de Assuntos e Relações Internacionais do FA.

Antonio Elías. Economista, Red de Economistas de Izquierda (REDIU).

Cristina Mathison. Assessora da Confederação de Organizações de Funcionários do Estado (COFE).

Daniel Ucar. Banco Itau

Gabriela Iglesias. Militante de coletivos feministas.

Gustavo Machado. Professor de Serviço Social, UDELAR.

Henrique Cal. Dirigente de FUCVAM

Luis Puig. Deputado do Frente Amplio.

Marcelo Pérez. Coordenador do Programa Integral Metropolitano da UDELAR.

Mariana Fonseca. Chefe do setor cultural da embaixada brasileira no Uruguai

Oscar Mañan. Economista e assessor da COFE.

Raul Zibechi. Escritor e jornalista.

Servicio Paz y Justicia (SERPAJ). Efraín Olivera; Miguel Scapusio; Madelón Aguirre.

Taís Amorim. Chefe da seção comercial da embaixada brasileira no Uruguai

Resumo: Este texto analisa as três administrações presidenciais do Frente Amplo no Uruguai, visando identificar os problemas e contradições que levaram o partido à derrota nas eleições realizadas no final de 2019.

Palavras-chave: Uruguai; Frente Amplo; progressismo.

Abstract: This text analyses three Frente Amplio presidential administrations in Uruguay, aiming to identify problems and contradictions that led to its electoral defeat in late 2019.

Keywords: Uruguay; Frente Amplio; progressivism.

* Artigo recebido em 29/07/2020

* Artigo aceito em 01/09/2020